

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo 1 – Prolegômenos e recorte metodológico .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 2 – Tipicidade para novos fatos inscritíveis .....</b>	<b>3</b>
2.1. Os róis do art. 167 .....	3
2.2. Registro de compromissos de venda e compra (ou de permuta) de unidades autônomas (Lei 4.591/1964) após a vigência da Lei 6.015/1973 .....	4
2.3. Registro da promessa de permuta .....	5
2.4. Registro da legitimação fundiária .....	8
2.5. Registro do contrato de pagamento por serviços ambientais.....	10
2.6. Registro do tombamento.....	12
2.7. Averbação de caução e cessão fiduciária de direitos reais relativos a imóveis.....	17
2.8. Averbação de cessão do crédito com garantia real sobre imóvel.....	18
2.9. Averbação de sub-rogação de dívida da garantia fiduciária ou hipotecária .....	25
2.10. Averbação da existência dos penhores com acesso no Registro de Imóveis .....	30
<b>Capítulo 3 – Simplificação do título formal na locação predial .....</b>	<b>37</b>
<b>Capítulo 4 – Da competência territorial dos Ofícios Prediais .....</b>	<b>47</b>
4.1. A regra do registrador natural .....	47
4.2. O fim da competência residual para imóveis passíveis de determinação objetiva.....	49
4.3. A competência para retificação do registro .....	52
4.4. Nova sistemática registral para imóveis situados em mais de uma circunscrição.....	53
4.5. O princípio <i>Kompetenz-Kompetenz</i> no Registro de Imóveis.....	54
4.6. Quadro-resumo da competência territorial.....	56

<b>Capítulo 5 – Hipóteses de abertura de matrícula .....</b>	<b>59</b>
5.1. Diretrizes gerais: a base do fólio real e o ato inaugural.....	59
5.2. Abertura de matrícula quando há descrição deficiente do imóvel.....	65
<b>Capítulo 6 – Prazos de qualificação, registro e expedição de certidões .....</b>	<b>71</b>
<b>Capítulo 7 – Certidões do Registro de Imóveis .....</b>	<b>75</b>
7.1. A regra da certidão digital .....	75
7.2. Certidão da situação jurídica atualizada do imóvel .....	77
7.3. Certidão expedida após o registro dos títulos .....	79
<b>Capítulo 8 – Possibilidade de postecipar o pagamento dos emolumentos ...</b>	<b>81</b>
<b>Capítulo 9 – Atualizações no procedimento de retificação de registro na via extrajudicial .....</b>	<b>87</b>
<b>Capítulo 10 – Atualização no procedimento de usucapião extrajudicial .....</b>	<b>91</b>
10.1. Aprimoramento do procedimento e a ampliação da cognição do registrador.....	91
10.2. Experiência jurisprudencial paulista acerca das impugnações da usucapião na via extrajudicial.....	93
<b>Capítulo 11 – Adjudicação compulsória extrajudicial .....</b>	<b>107</b>
11.1. Primeiras considerações e a natureza das coisas .....	107
11.2. As diretrizes legais e os documentos necessários.....	114
11.3. (Des)necessidade do prévio registro do compromisso.....	118
11.4. Semiótica da adjudicação compulsória à luz da jurisprudência registral: dêiticos para qualificação registral.....	119
11.5. Sugestão de regulamentação administrativa da adjudicação compulsória extrajudicial .....	123
<b>Capítulo 12 – Dinamização dos títulos em sentido formal .....</b>	<b>131</b>
12.1. Aproveitamento de título formal já registrado .....	131
12.2. Dos extratos eletrônicos: nova espécie de título formal?.....	135
<b>Capítulo 13 – Aprimoramento redacional acerca do âmbito de incidência do art. 237-A da LRP .....</b>	<b>139</b>

<b>Capítulo 14</b> – Alteração do regime jurídico-registral da incorporação imobiliária .....	147
<b>Capítulo 15</b> – Aprimoramento redacional do art. 246 da LRP .....	157
<b>Capítulo 16</b> – Procedimento extrajudicial de cancelamento do registro de compromisso de venda e compra .....	167
<b>Capítulo 17</b> – Isenção de emolumentos para o registro de títulos emitidos pelo INCRA .....	171
<b>Capítulo 18</b> – Epílogo: uma análise econômica acerca da eficiência do Registro de Imóveis brasileiro e seus impactos na economia nacional .....	173
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	187